**“NÃO EXISTEM FATOS, SÓ EXISTEM HISTÓRIAS”: ­NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL NO ROMANCE “VIVA O POVO BRASILEIRO”, DE JOÃO UBALDO RIBEIRO**

*João Matias de Oliveira Neto* [[1]](#footnote-1)

*Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio*[[2]](#footnote-2)

**Resumo:** A partir de uma análise do livro *Viva o povo brasileiro*, do escritor João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), entendemos que um diálogo pode ser estabelecido acerca das noções de nação e identidade nacional com base neste romance publicado em 1984, isto é, ainda no contexto do período militar no Brasil. Neste trabalho, entendemos que problematizar tais noções significa buscar a sua abrangência para além dos significados conferidos pela historiografia e teoria social, propondo uma relação entre história, literatura e conhecimento sociológico presente no desafio de pensar a construção de uma nação a partir da identidade nacional construída junto de personagens, cronologias e ambientes narrativos. Ao entrecruzar estas noções, pensamos tanto nas estruturas narrativas do romance como no modo como estas são trabalhadas, principalmente, em um diálogo construído com Paul Ricouer, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Hayden White e Antonio Candido.

**Palavras-chave:** Identidade Nacional. João Ubaldo Ribeiro. Literatura brasileira.

**“THERE ARE NO FACTS, THERE ARE ONLY STORIES”: NATION AND NATIONAL IDENTITY IN “AN INVINCIBLE MEMORY”, A NOVEL OF JOÃO UBALDO RIBEIRO**

**Abstract:** From an analysis of the book *Viva o povo brasileiro* (“An invincible memory” in english edition), by brazilian writer João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), we try to understand how the notions of nation and national identity can be identify on novel published in 1984, in the context of the military period in Brazil. In this work, we trying to understand how notions means more than the historiography and social theory should represent, proposing a knowledge about these notions based in a relationship between history, literature and sociological knowledge, presents in the challenge of thinking about the construction of a nation based on the constructed national identity on characters, chronologies and narrative environments. To understand these notions in this book, we think about the narrative structures of the novel through a dialogue with Paul Ricouer, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Hayden White and Antonio Candido.

**Keywords:** National Identity. João Ubaldo Ribeiro. Brazilian literature.

**NO HAY HECHOS, SOLO HISTORIAS: NACIÓN Y IDENTIDAD NACIONAL EN LA NOVELA "VIVA O POVO BRASILEIRO", DE JOÃO UBALDO RIBEIRO**

**Resumen**: A partir del análisis del libro *Viva o povo brasileiro*, del escritor João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), entendemos que se puede establecer un diálogo sobre las nociones de nación y identidad nacional a partir de esta novela publicada en 1984, es decir, aun en el contexto del período militar en Brasil. En este trabajo entendemos que problematizar tales nociones significa buscar su alcance más allá de los significados conferidos por la historiografía y la teoría social, proponiendo una relación entre historia, literatura y conocimiento sociológico presente en el desafío de pensar la construcción de una nación, a partir de la identidad nacional construida junto con personajes, cronologías y entornos narrativos. Al entrelazar estas nociones, nosotros pensamos en las estructuras narrativas de la novela así como en la forma en que se trabajan, principalmente a través de un diálogo con Paul Ricouer, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Hayden White y Antonio Candido.

**Keywords:** Identidad Nacional. João Ubaldo Ribeiro. Literatura Brasileña.

**Introdução**

 O título deste artigo se refere à epígrafe do romance *Viva o povo brasileiro*. “Não existem fatos, só existem histórias”; não por menos, é uma maneira de pensar que tipo de histórias ao autor interessa preservar com seu livro ficcional. Ao se reportar ao conceito de nação e identidade nacional, tem-se em mente a atualidade destas reflexões. Vez e outra, temas como a igualdade racial, o Brasil e suas contradições, a identidade brasileira voltam às discussões ordinárias do dia a dia. Segundo Renato Ortiz (2013), no Brasil e na América Latina haveria uma obsessão pelo nacional, em que a problemática da identidade acaba sendo recorrente. Através de uma análise histórica dos níveis de percepção e autopercepção dos brasileiros, sobretudo de escritores, Antonio Cândido (2011b) distingue que o Brasil, em meados de 1930, foi tido como o país do futuro e, logo mais, dada a assunção de uma “consciência do subdesenvolvimento”, o Brasil passou a ser percebido muito mais em termos de “faltas”, dentro de suas próprias contradições sociais, do que propriamente de “sobras” de um país novo, cujo futuro promissor esperava aproximá-lo das metrópoles que eram referências do que então se tinha por civilização. De todo modo, as considerações são sobre um mesmo e rico objeto: o Brasil enquanto nação e identidade nacional.

 Nesta proposta de artigo, dialogamos com o romance *Viva o povo brasileiro*, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), para mostrar como questões que tangenciam o gênero romance ainda se encontram presentes no imaginário ficcional de um importante escritor brasileiro. Nele, podemos perceber que a identidade brasileira gira em torno de dois polos, um polo de autoridade, simbolizado pelo português, outro de submissão ou resistência, simbolizado por negros e índios em constante apelo de libertação e vingança. Mas *Viva o povo brasileiro* também se configura enquanto um romance histórico e, por isso, lida com a proposta de contar quatro séculos de história da Bahia através do ponto de vista de uma alma à busca do que é ser brasileiro, ou antes, do próprio povo brasileiro.

 Antes, importa perceber que para as ciências humanas e, em especial, o pensamento social brasileiro este tema perpassou a ótica de autores importantes, a exemplo de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Lívio de Castro. Assim, Antonio Cândido (2006) discute três fases de apropriação deste tema por autores nacionais, enfatizando que a própria trajetória das ciências sociais e humanas no Brasil se ateve, inicialmente, a uma perspectiva de construção da nação a partir de critérios evolucionistas de etapas históricas para a definição de raça, cultura e comportamento. Isto é, indo de uma ciência social baseada em intuições pessoais com uma retórica cientificista até uma elaboração sistemática e metódica sobre os problemas nacionais, devidamente pontuados em seus “fatos essenciais da realidade brasileira” (raça, pobreza, desigualdade social). Candido, melhor dizendo, reconhece que

no panorama da nossa história intelectual, o advento relativamente recente de uma sociologia científica se deu na medida em que os estudos sociais conseguiram, aqui, superar a mentalidade literária a que se haviam até então ligado indissoluvelmente. A literatura foi entre nós uma espécie de matriz, de solo comum, que, por mais tempo que em outros países, alimentou os estudos sobre a sociedade, dando-lhes viabilidade numa cultura intelectualmente pouco diferenciada (CANDIDO, 2006, p. 291).

 Tal interpretação significa dizer que aqueles que primeiro se depararam com as ciências do homem exprimiram suas primeiras impressões sobre o Brasil e sua formação histórica, étnica e social com linguagem, métodos e disposições pessoais de escritores. Neste âmbito, voltamos à formulação de Brasil como um país do futuro, porém, com cara e corpo de país subdesenvolvido, tal qual foi descrito no início desta apresentação. Desde 1930, ao deparar-se com uma visão sobre o Brasil diferente da visão corrente no século XIX, a consciência de um subdesenvolvimento foi se construindo a partir da percepção de um atraso material e da fragilidade de instituições que não concorriam para a formulação do Brasil como um país do futuro (CANDIDO, 2011a, p. 170). Assim, a compensação deste atraso viria através de uma supervalorização do regional, espécie de mudança de perspectiva que, em princípio, evidenciaria a “realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante” (idem, p. 171). Afinal, para esta literatura, como reagir à condição de periferia do capitalismo e colocar-se em um ponto de vista global e transnacional?

 Em relação à formação desta identidade, Candido ainda coloca que esta literatura, do ângulo político, pode ser encarada como “peça eficiente do processo colonizador” (CANDIDO, 2011a, p. 199). A literatura brasileira, neste sentido, foi submetida a um processo geral de colonização, sendo expressão muitas vezes de um colono “europeizado” e em posição de domínio tal que se impõem valores e regras de estilo. Esta literatura é parte de um “mecanismo de dominação” à medida que, ao se reconhecer enquanto nação, ainda não fazia a flexão necessária de sua consciência enquanto colonizada e subdesenvolvida, despindo-se de um espírito nacional romântico que enfatiza a “transcendência às coisas, fatos e pessoas” como fórmula de percepção do nacional (CANDIDO, 2011a, p. 204).

 Pelo exposto, pode-se entender que a literatura, na verdade, é uma narração do passado ou, na concepção de Candido (2011a, p. 210), “correção do passado”, e daí derivariam, por exemplo, a construção do índio, do mestiço e da tutela dos intelectuais na invenção de “um passado que já fosse nacional” como importantes para a formação desta pátria (CANDIDO, 2011a, p. 211). Tal nação, em outras palavras, é refém de um passado que une e aproxima escritores e leitores, personagens e comunidades, espaço e tempo em um mesmo ideal de convivência e simultaneidade. Para a literatura, erigir heróis ou personagens importantes para esta comunidade é parte de um processo de se reconhecer, continuamente, como um espaço de convivência em comum, isto é, uma comunidade sentimental ou imaginada.

 Neste artigo, trabalharemos com a perspectiva de nação a partir da influência da literatura na composição desta nação, ou seja, nas suas diferentes formas de narrar o “eu” e o “outro”, conforme proposto por Hall (2006), ao mesmo tempo em que definimos nação como uma comunidade imaginada ligada pela ideia de simultaneidade na compreensão de uma unidade que une pessoas em torno de uma comunhão de vidas. Dito de outra forma, “uma comunidade política imaginada – imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Uma comunidade, por sua vez, que subsiste da invenção de um passado em comum, por diversos meios que sejam utilizados na comunhão de marcas visíveis ou audíveis que se distinguem como próprias desta comunidade, quando a nação, no fim das contas, é a “garantia última quando a sociedade fracassa” (HOBSBAWM, 2000, p. 282).

 Ao avaliar o romance de João Ubaldo Ribeiro em termos de traços de aproximação de personagens, contextos e enredos que dialogam com a formação de um “povo brasileiro”, remeteu-se implicitamente aos recursos utilizados por este escritor para distinguir no livro critérios que o aproximem da história do Brasil primeiro enquanto nação e, depois, na relação desta com seus signos e distinções, ou seja, identidade nacional. Neste trabalho, tentaremos construir a partir deste livro uma ideia de simultaneidade característica de uma nação e, dentro dos meandros entre a identidade e a diferença, os polos de ordem e desordem, autoridade e subordinação, que envolvem a construção desta identidade nacional.

 Para a construção de uma análise deste romance, utilizamos como referência o método de observação proposto por Antonio Candido, em relação a uma consciência do subdesenvolvimento, apropriação de recursos estilísticos e de uma correspondência entre polos que decorrem de “uma visão mais profunda, embora instintiva, da função, ou destino das pessoas nessas sociedades” (CANDIDO, 1970, p. 70-71). Atendendo ao que foi proposto, buscamos observar como a nação está implícita na ideia de simultaneidade, comunidade imaginada e construção do nacional a partir da narração de um passado em que, subjacente à ideia de identidade nacional, ele próprio faz-se a partir dos polos de alteridade que implicam em identidade e diferença.

 Para todos os efeitos, a análise que segue em curso busca uma apropriação que permita aproximar a análise de um romance de viés histórico da construção de um conhecimento que contribua para pensarmos nação e identidade nacional dentro de um livro significativo da nossa literatura. A partir de uma elaboração conceitual, podemos ler com mais sensibilidade e argúcia alguns dos temas trabalhados pelo escritor no romance *Viva o povo brasileiro.* Antes incursionaremos sobre as relações entre a história e a literatura.

**O romance entre a literatura e a história**

Para Antonio Candido (1965), a literatura brasileira tem sido desde o século XIX um fenômeno central na vida do espírito, mais do que a filosofia e as ciências humanas, ressaltando ainda o autor “o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros” (CANDIDO, 1965, p. 159). A partir dos anos 1930, seria um “gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte” (idem, p. 157), expandindo-se e criando uma forma brasileira de investigação e descoberta do Brasil.

Antonio Candido (1965) ainda observa, na produção de um ensaio sobre o pensamento social no Brasil na primeira metade do século XX, uma combinação maior ou menor de imaginação e observação, chamando a atenção dos elos entre a formação das ciências humanas e a literatura: “notemos que, esboçada no século XIX, ela desenvolve principalmente no atual, onde funciona como elemento de ligação entre a pesquisa e a criação literária, dando graças ao seu caráter sincrético, uma certa unidade ao panorama da nossa cultura” (CANDIDO, 1965, p. 157).

Desta forma, acreditamos que a própria literatura, ao longo do século XX, assumiu em paralelo ou em sintonia com as ciências humanas e sociais uma posição de discurso de escrita da história, formulando ao mesmo tempo um construto estético e um conteúdo social na intenção de explorar e revelar um Brasil aos brasileiros. É o caso do romance *Viva o povo brasileiro*, que em seu enredo observa-se uma retratação de um processo histórico, o da constituição das classes dominantes do Brasil, abarcando um período da história que vai de 1647 a 1972 tendo como cenário o Recôncavo Baiano. Entendemos também que João Ubaldo Ribeiro incorpora ao seu texto uma série de processos técnicos alcançados ou consolidados pelos escritores no século XIX, muito especialmente no que se refere ao narrador. Aspecto sobre o que discorreremos mais à frente, em nossa reflexão sobre nação e identidade nacional.

Uma vez que aqui se discute um romance é necessária uma leitura de fenômenos históricos a partir de sua representação ficcional. Para Hayden White (2014), o século XIX, em sua ânsia desmistificadora e sua sede de verdade, aboliu dos estudos da história o recurso às técnicas ficcionais de representação. Para o crítico da cultura, até antes da Revolução Francesa a historiografia era considerada uma arte narrativa e sua natureza literária era geralmente reconhecida, o que fazia com que obras de autores como Michelet, por exemplo, fossem avaliadas tanto sob critérios científicos quanto literários. Foi no início do século XIX que os historiadores identificaram a verdade como o fato, e a ficção como o oposto da verdade, ou seja, um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. Desta forma, a história passou a ser contraposta à ficção, sobretudo ao romance, como a representação do “real” em contraste com a representação do “possível” ou apenas do “imaginável”.

Paul Ricouer (1997) parte dos pressupostos do próprio Hayden White, sobre a representação do passado, e de R. Ingarden, sobre a teoria da leitura, para fundamentar seu pensamento, oferecendo ao leitor reflexões múltiplas acerca do tempo, dentre elas, a proximidade entre as intenções do historiador e as do romancista quanto ao ato de narrar. História e ficção, para Ricouer, trabalham com um mesmo material: o ato de leitura no processo de figuração do tempo. Na história e na literatura, o ato de ler funcionaria para Paul Ricouer (1997) como o momento essencial, visto que tanto na produção historiográfica, quanto na literatura, é ele o responsável pela efetuação do texto, ou seja, pela concretização de uma intencionalidade que tem por base a refiguração do tempo, comum à história e à ficção. Temos aqui, através dos três tomos de *Tempo e narrativa* um tratado hermenêutico da relação entre tempo e narrativa, adotando o ato de leitura como o momento interpretativo, caracterizador tanto das narrativas históricas quanto das ficcionais.

Para o filósofo, a história “reinscreve o tempo da narrativa no tempo do universo” (RICOEUR, 1997, p. 317). Entretanto, isto não significa equivaler história e ficção. Significa, isto sim, entender que, embora em planos epistemológicos diferentes, ambas são aproximações à realidade que se fazem com a utilização de meios narrativos. É necessário ainda deixar claro que ambas não são narrativas idênticas. Algumas dessas aproximações são mais precisas ou mais significativas, outras menos – romances ou narrativas históricas –, mas todas permanecem isto, aproximações; nenhuma esgota a realidade, são recortes, olhares, montagens. No que se refere à historicização da ficção, Paul Ricoeur ainda ressalta que o tempo não tem uma função própria, a não ser indicar a organização da narrativa por meio de seus indícios, suas marcas narrativas, tais como os modos e tempos verbais, que fazem com que o leitor possa captar em maior ou menor grau o comprometimento dos comentários do narrador.

Assim, a hipótese que levanta é que “a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia” (RICOEUR, 1997, p. 329) no momento da leitura. É, portanto, o pacto entre o leitor e o autor que encerra a crença de que os acontecimentos relatados, de alguma forma, acabem pertencendo ao passado da voz que narra. É nesse ponto que compreendemos que a ficção se assemelha à história por lidar com acontecimentos irreais como se fossem fatos passados por meio de uma voz narrativa; tanto quanto a história se assemelha à ficção por relatar acontecimentos reais completados pela sua intuitividade e vivacidade, criadas pela presença narrativa.

No caso do romance *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro procura reescrever a partir da ficção as versões oficiais da história do Brasil, amparando em personagens sínteses, que expressam a configuração de uma identidade nacional. É explícito, por parte do autor, já a partir do próprio título do romance, a intenção de discorrer sobre a nação brasileira como um todo. É da identidade nacional que o livro trata, construído através da mestiçagem, da consciência da exploração, das lutas inglórias que não aparecem na história oficial. Para Rita Olivieri-Godet (2009), a obra de João Ubaldo Ribeiro (seus romances, contos e crônicas) são centrados na problemática identitária, colocando em evidência a pertinência da produção desse autor para pensar as relações interculturais na contemporaneidade, entre elas a formação da identidade nacional brasileira, destacando a autora a articulação entre estratégias narrativas e figurações identitárias. É nesse jogo entre a ficção e a história que Ubaldo Ribeiro reconfigura do passado brasileiro.

**Nação e identidade nacional**

 De um ponto de vista contemporâneo, Renato Ortiz (2013) reforça a contemporaneidade deste tema ao fazer uma análise sobre como a identidade nacional se encontra na esfera do consumo, na constituição política de estados-nação e na ideia de “totalidade” que, na visão do autor, é aquilo que aproxima nação e cultura. Através deste “espírito de um povo”, um ideal de integração se realiza, agregando o que se encontra disperso. Tendo a cultura como “a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros” essa percepção se viabiliza pela preservação de “traços de seu passado histórico, sua herança e transmiti-la para outras gerações (daí a importância da escola)” (ORTIZ, 2013, p. 612).

 Na história do Brasil, Ortiz (2013) destaca vários pontos sobre os quais os brasileiros refletiram acerca de seu próprio passado histórico. Cabendo dizer que esta nação é uma libertação de seus “constrangimentos pretéritos” (ORTIZ, 2013, p. 614), questões como a mestiçagem, a abolição da escravatura ou a Proclamação da República voltam como uma “complementação” de histórias que não foram narradas, por exemplo, pelo negro ou pelo índio. Resultado de processos massivos de exclusão dessas vozes, parecia haver uma subalternidade intransponível, dando a visão de diferentes interpretações do Brasil por diferentes intérpretes, com diversas maneiras de ver a mestiçagem e a própria “diversidade na unidade” (ORTIZ, 2013, p. 615).

 Os critérios supostamente essencialistas de formação desta identidade, sobretudo identidade de raça, para Ortiz, foram um ponto de partida que o motivou a desmistificar essas formulações, ao afirmar que a identidade “é uma construção simbólica que se faz em relação a um referente” (ORTIZ, 2013, p. 621). E que essas distinções simbólicas tinham a presença do outro como um fator determinante tanto de representações simbólicas como da própria formação da nacionalidade. Na história do pensamento social, esta transição também foi importante à medida que, para o autor, passou-se de um ideal de “essência” para o de representação, algo refletido nas ciências sociais ao longo do século XX, mais precisamente na antropologia cultural.

 De algum modo, a ideia de totalidade, que aproxima o conceito de nação ao conceito de cultura na leitura de Ortiz (2013), aproxima-se de uma ideia de simultaneidade das experiências dos indivíduos, no modo como membros da “mais minúscula das nações” jamais se encontrarão ou se conhecerão, porém continuarão a manter em mente uma imagem ou símbolo vivo de comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32). Em outra perspectiva, Anderson também aproxima o conceito de nação ao de uma jornada, apropriando-se do antropólogo escocês Victor Turner. Jornada na qual o indivíduo viaja por tempos, condições e lugares, sendo capaz de atribuir um significado a estas jornadas, exigindo uma interpretação para entendê-las (ANDERSON, 2008, p. 92). A metáfora é válida, mas sob o condicionante de reiterar outro conceito que leva novamente o eixo do debate para um “vínculo imaginário” que aproxima os sujeitos, sobretudo em sua própria capacidade de atribuir significados – longe, portanto, de uma noção essencialista de nação, cultura ou identidade.

 Esses vínculos imaginários estão relacionados ao modo como a nação se faz, para além dos sistemas culturais que Anderson (2008) destaca como influentes em sua formação histórica. Nas suas raízes culturais, segundo o autor, o amadurecimento do conceito de nação advém de uma “inevitabilidade do pluralismo vivo de outras religiões”, enquanto conceito influenciado pelos princípios de mortalidade e continuidade próprios das comunidades religiosas, e do alomorfismo de “pretensões ontológicas” e de “extensão territorial”, próprio dos reinos dinásticos ao se reconhecerem diante de outros. Assim, oferecendo uma resposta mais adequada tanto à ideia de finalidade como de formação de um povo a partir de questões sobre sua própria existência, a nação vai além dessas comunidades imaginadas por uma ideia de simultaneidade. Em outras palavras, os indivíduos se unem por um vínculo imaginário no qual há um “tempo messiânico em que haveria uma simultaneidade de passado e futuro em um presente instantâneo” (ANDERSON, 2008, p. 54).

 Segundo Anderson (2008), a nação enquanto percepção temporal faz-se, para além dos sistemas culturais, através de dois instrumentos: o romance e o jornal. Isto é, a comunidade imaginada se faz também através de “meios técnicos para representar o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (ANDERSON, 2008, p. 55). Sobretudo na modernidade e mundialização dos meios e saberes, na leitura de Renato Ortiz (2013), a ideia de simultaneidade em um “tempo vazio e homogêneo”, propiciada pelas interrelações e interações de diferentes personagens, indivíduos, situações e acontecimentos que unem pessoas dentro de um mesmo espaço e tempo, corresponde a um “organismo sociológico” ou uma “comunidade sólida”. Nestes, os indivíduos se mantêm ligados por um vínculo imaginário no qual é possível reconhecer o representado e, a partir desta cumplicidade compreensiva, o jornal ou o romancista saberiam descrever uma casa de modo a ser compreendida pelo leitor. Exatamente como se ambos tivessem ligados por uma “imaginação nacional” (ANDERSON, 2008, p. 61-62).

 Os elos entre escritor e leitor, jornal e público, por sua vez, têm uma origem e um fim, para além da segurança que o capitalismo tipográfico tem para fomentar este tipo de percepção: um passado histórico entre ambos. Os mecanismos de atestação ou imputação da identidade seriam reproduzidos a partir de pensamentos sobre quem somos “nós” e quem são os “outros” e, na leitura de Hobsbawm (2000), torna-se difícil separar a nação da identidade nacional. Uma vez compartilhado um determinado passado, subentende-se que esses indivíduos teriam histórias para contar ou narrar, e tais histórias precisariam de “marcas visíveis e audíveis” nas quais eles se veriam culturalmente semelhantes ou diferentes de outros (HOBSBAWM, 2000, p. 281).

 Toda a perspectiva teórica que optamos por trabalhar até então, remete àquela indicada por Stuart Hall (2006) no processo de atestação de identidade. Para o autor, identidade e diferença se encontram ligadas à medida que o conjunto de características, símbolos, língua e comportamentos que distinguem um “eu” enquanto identidade se baseia na observação e distinção em relação a um “outro” significante. Por mais que este significante se afaste do conjunto de características que perfazem a sua comunidade, para Hobsbawm (2000, p. 282), “o indivíduo ainda precisa construir narrativas ou mitos de um passado ao qual se aproxime”. Nesta perspectiva levantada, tanto a identidade não obedece a critérios essencialistas de sua atestação, quanto o indivíduo tem relativa liberdade de opção por nova identidade ou comunidade, uma vez que há um passado histórico em comum que o prende.

 Para Anderson (2008), muitas vezes os critérios de inclusão de um povo em uma nacionalidade obedecem a uma integração a partir da língua, a exemplo dos crioulos na Espanha, ou uma reordenação dessas populações ao nível da consciência dos espanhóis os incluiria dentro desta nacionalidade. De todo modo, também para este autor a:

constituição física e pessoal da nação está ligada com um ideal de identidade nacional, uma vez que tanto jornais de caráter local quanto muçulmanos distinguiam, por características diversas, o que eles “eram” por aquilo que eles “não são”. (ANDERSON, 2008, p.88).

 Na literatura, questões de identidade e diferença se encontram no estilo, nos recursos, ferramentas e mesmo na percepção sobre o público. Ao propor uma mudança pela “consciência do subdesenvolvimento”, Candido assume que houve uma mudança de perspectiva de identidade nacional a partir de um processo de releitura do passado histórico e da percepção sobre o meio em que se vive. Mesmo assumindo estilos que buscassem supervalorizar a dimensão do regional, como parte de uma reação desta nova percepção da realidade brasileira, o romance brasileiro não escapa da genealogia que aponta indícios da influência do romance europeu. Para Antonio Candido (1970), o uso de recursos e ferramentas pode ser uma prova de dependência colonial ou de reconhecimento de que seria preciso igualar-se às literaturas europeias pela consciência das particularidades brasileiras, apostando na recriação de estilos que, pela universalização do regional, podem criar relações transnacionais que coloquem esta literatura lado a lado com suas históricas referências.

**A trajetória de João Ubaldo Ribeiro e o contexto de publicação de *Viva o povo brasileiro***

O escritor João Ubaldo Ribeiro nasceu em Itaparica, Bahia, em 23 de janeiro de 1941, morando nos seus primeiros anos entre as cidades de Aracajú (SE) e Salvador (BA). Formado em Direito pela Faculdade Católica de Salvador, nos anos 1950 começou a atuar na imprensa, tornando-se repórter do *Jornal da Bahia* e depois *Tribuna da Bahia*, dois dos mais importantes jornais baianos da época. Entre os anos 1960 e 2000 foi repórter ou articulista de diversos jornais no Brasil e na Alemanha, a exemplo de Diet Zeit (Alemanha), The Times Literary Suplemen*t* (Inglaterra), O Jornal (Portugal), Jornal de Letras (Portugal), Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, A Tarde e muitos outros periódicos (COUTINHO, 2005).

Os primeiros trabalhos literários de João Ubaldo Ribeiro foram publicados em diversas coletâneas, a exemplo de Reunião e Panorama do Conto Baiano. Aos 21 anos de idade, escreveu seu primeiro livro, Setembro não tem sentido. O segundo foi Sargento Getúlio, de 1971. Em 1974, publicou Vencecavalo e o outro povo. A partir dos anos 1980, publicou por algumas das principais editoras brasileiras, os romances intitulados Viva o povo brasileiro (1984), O Sorriso do lagarto (1989), o Feitiço da Ilha do Pavão (1997), A Casa dos Budas Ditosos (1999), Miséria e grandeza do amor de Benedita (2000), Diário do Farol (2002) e O Albatroz Azul (2009). Vários destes títulos foram traduzidos na Europa e nos Estados Unidos da América.

Entre os prêmios literários em sua carreira, há destaque para os dois prêmios Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, nos anos de 1972 e 1984, respectivamente para o Melhor Autor e Melhor Romance do Ano, pelas ficções: Sargento Getúlio e Viva o povo*b*rasileiro. Em nível internacional, foi agraciado pelos prêmios: Anna Seghers, em 1996 (Mogúncia, Alemanha); o Die Blaue Brillenschlange (Zurique, Suíça); o Lifetime Achievement Award, em 2006; além do mais importante da língua portuguesa, o Prêmio Camões, em 2008. Teve algumas obras adaptadas para a televisão e para o cinema, além de ter sido reconhecido em outros países, como a Alemanha (COUTINHO, 2005).

Consagrado como um marco do moderno romance brasileiro, Sargento Getúlio filiou João Ubaldo Ribeiro, segundo Olivieri-Godet (2009) a uma vertente literária que sintetiza o melhor de Graciliano Ramos e o melhor de Guimarães Rosa. A história é temperada com a cultura e os costumes do Nordeste brasileiro e, em particular, dos sergipanos. Já Viva o povo brasileiro obteve uma grande repercussão na época em que foi lançado, em 1984, sendo caracterizado já em sua época um clássico da literatura brasileira (COUTINHO, 2005; OLIVIERI-GODET, 2009).

O contexto de tal produção literária possui uma potente significação histórica, visto que o Brasil vivenciava naquele início da década de oitenta um processo de abertura democrática, que desembocaria no fim do período militar no ano de 1985, iniciado no ano 1964, através do golpe civil-militar. Entretanto, é válido destacar que, desde 1979, internamente, as Forças Armadas iniciaram um processo de abertura para a democracia, porém lento e gradual. Nesta lógica, produções culturais começaram a aproveitar-se da frágil liberdade de imprensa e da expansão do mercado fonográfico e editorial no período para compor e divulgar experiências estéticas e culturais que fugiam dos ideais homogêneos e reducionistas da época autoritária do período militar (FICO, 2015; NAPOLITANO, 2014).

Destacamos, portanto, estas informações para destacar que *Viva o povo brasileiro* veio em um momento no qual, novamente, a ideia de nação vem a ser questionada, dentro da pluralidade de vozes que se interconectam através de uma noção de comunidade imaginada, e imaginada como política e territorialmente soberana, como vimos em Anderson (2008). Momentos como o de reabertura política pós regime militar levam aos brasileiros, sobretudo quando da assunção da Constituição Federal de 1988, a repensar sobre que bases adviria uma nação em pleno processo de revisitar seus traumas históricos. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2005), a noção de passado passa pela construção do presente e suas contradições, estando o lugar da memória próxima a construção de uma identidade e não apenas ao registro de um tempo histórico; ou seja, a publicação do romance também busca articular questões de poder e de política, valendo-se de um livro em que a memória é o ponto central, particularmente sobre um momento catártico da sociedade brasileira, isto é, seu processo de redemocratização após 21 anos do regime militar brasileiro. É neste contexto que surge *Viva o povo brasileiro*, um romance que possui em profundas marcas do tempo em que foi produzido.

**Sobre *Viva o povo brasileiro***

 Toda a nossa explanação anterior chega, finalmente, ao modo como refletimos o romance de João Ubaldo Ribeiro. Romance de personagens fortes, a narrativa que se desenrola começa pela alma do Alferes Brandão Galvão que, na iminência de entregar-se às brumas e fragatas de uma terra em vias de independência, abandona sua alma na esperança de que, mesmo sem nada levar das suas experiências, sonhe “desvairadamente”. E esta deixa tomar-se como critério para chegarmos a uma narrativa que, inconscientemente, cumpre o ponto de vista do colonizador, a partir da figura do Barão Perilo Ambrósio, do índio Capiroba, da negra Dadinha e do mulato Amleto Ferreira.

 A partir do recurso do discurso indireto livre, somando-se a traços da oralidade em partes que remetem ao fluxo de consciência, a exemplo do relato da negra Dadinha a respeito do passado e de suas lembranças da escravidão, pode-se dizer que os critérios de identidade e diferença estão bem delineados no nascimento e morte dessas personagens. Através do Barão Perilo Ambrósio, figura da corte e polo de autoridade ao qual todas as personagens antes citadas se sentem submissas, tem-se uma distinção característica do polo da ordem e desordem, por exemplo, que Antonio Candido percebe em sua leitura do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida:

Esta afirmativa só pode ser esclarecida pela descrição do sistema de relações dos personagens, que mostra: (1) a construção, na sociedade descrita pelo livro, de uma ordem comunicando-se com uma desordem que a cerca de todos os lados; (2) a sua correspondência profunda, muito mais que documentária, a certos aspectos assumidos pela relação entre a ordem e a desordem na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX (CANDIDO, 1970, p. 71).

 Tomando por exemplo esses polos da ordem e da desordem a que se refere Candido é que formulamos para o entendimento de *Viva o povo brasileiro* os polos da autoridade e da subordinação. Espécies de equivalentes, estes polos do bem e do mal se encontram misturados, ao mesmo tempo que são complementares, sobretudo ao mostrar uma inversão deles, por exemplo, na parte em que o índio Capiroba pratica o canibalismo com dois holandeses escravizados por ele. Mas, a dialética da ordem e da desordem entra, aqui, como na dubiedade dos personagens tratados por Antonio Candido no romance de Manuel Antônio de Almeida: em *Viva o povo brasileiro*, a trajetória do personagem Perilo Ambrósio aponta para um colonizador, ao mesmo tempo que representante da ordem, repleto de sadismos e vícios perversos; o mulato Amleto Ferreira, ao mesmo tempo que serviçal exemplar, um herdeiro dado a exercer a autoridade de maneira persecutória com seus empregados. Neste viés, segundo Candido: “ordem e desordem, portanto, extremamente relativas, se comunicam por caminhos inumeráveis, que fazem do oficial de justiça um empreiteiro de arruaças, do professor de religião um agente de intrigas, do pecado do Cadete a mola das bondades do Tenente-Coronel, das uniões ilegítimas situações honradas, dos casamentos corretos negociatas escusas” (CANDIDO, 1970, p. 72).

 Polos opostos à medida que, segundo Antonio Candido, passeiam entre o lícito e o ilícito, com uma ordem que é “dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz” (CANDIDO, 1970, p. 77), os personagens de *Viva o povo brasileiro* comunicam-se por uma ideia de simultaneidade de suas ações no modo como estão implícitas características desta sociedade: o suborno constante das figuras de autoridade aos negros alforriados, a hipocrisia do comportamento das autoridades, a posição dúbia do negro diante de uma desordem generalizada da qual, implicitamente, ele deve se servir para se elevar socialmente.

 Em *Viva o povo brasileiro*, a ideia de simultaneidade de ações e personagens que, para estarem dentro de um mesmo enredo, sequer precisam se comunicar para sabermos que pertencem a este ambiente, esta história e este país, vale-se de uma condição do romancista em anunciar já de início uma história do Brasil a partir de uma alma que se pretende brasileira. Para Anderson (2008), a comunicabilidade entre dois personagens que não se encontram se dá de tal forma que

essas sociedades são entidades sociológicas de uma realidade tão sólida e estável que é possível até descrever os seus membros se cruzando na rua sem nunca se conhecerem, e mesmo assim mantendo ligações entre si. (...) todas essas ações são executadas ao mesmo tempo no relógio e no calendário, mas por agentes que não precisam se conhecer, e esta é a novidade desse mundo imaginado que o autor invoca no espírito de seus leitores (ANDERSON, 2008, p. 56).

 Assim, em *Viva o povo brasileiro*, os personagens índio Capiroba e Barão Perilo Ambrósio sequer se comunicam, mas fazem parte de um mesmo passado histórico, constituído em uma nação a partir de um sentimento de comunhão neste mesmo passado, segundo Hobsbawm (2000), e assim interagindo com um elo do romancista com a história, e dele com a imaginação do leitor. Isso faz com que o conceito de nação, em *Viva o povo brasileiro*, possa ser observado como o próprio desejo da alma do Alferes, um herói nacional, em reencarnar: ao constituir como um elo entre personagens e épocas distintas, faz-se ela uma representação da cronologia, da simultaneidade e da continuidade que prescreve o “vínculo imaginário”, segundo Anderson (2008), no qual a comunidade imaginada surge nos jornais e romances. Em outra perspectiva, é a própria representação do representado culturalmente, na leitura de Renato Ortiz (2013), ou a invenção do passado e da construção de uma narrativa de comunhão entre pessoas, segundo Hobsbawm (2000).

 Em termos de identidade nacional, não se pode dizer que o romance de João Ubaldo Ribeiro adentra o gênero característico de um romance regionalista nos moldes de 1930. Ao mostrar a fragilidade das instituições e um atraso tanto material quanto social, pode-se dizer que há uma consciência de subdesenvolvimento em uma avaliação profunda e irônica sobre o processo de formação histórica da identidade brasileira, sobretudo pelo fato de a alma, personagem do romance, buscar uma identidade nos tipos sociais deste romance. Se a nação se faz a partir do desejo desta alma, a identidade nacional estaria no terreno das interações e interrelações reais entre personagens. A saber, logo no início do romance, assim João Ubaldo Ribeiro retrata a curiosidade da alma:

Mas talvez nem seja verdade que ela teria sido encantada pelos engodos, ardis e necromancias que se entrelaçam no ar de Amoreiras, porque, cada vez com mais assiduidade e interesse, deu para frequentar os locais onde o alferes recebia homenagens, deu para vibrar de satisfação, com uma felicidade que jamais experimentara, quando pormenores de sua fala às gaivotas eram lembradas ao povo pelos declamadores, em alexandrinos sinfônicos, ordens inversas arrebatadoras, proparoxítonas troantes como tonéis martelados, metáforas cujos contornos jamais se dissolviam, adornando o ar de esculturas gelatinosas e frementes (RIBEIRO, 2014, p. 19).

 Vê-se, por esta passagem, e ao longo do romance, o escritor fazer nítida referência a uma influência da literatura estrangeira na fala das pessoas, através de “alexandrinos sinfônicos” e outras figuras de linguagem. A formação de uma identidade consciente do subdesenvolvimento, por este viés, é refém dos critérios de identificação usados pelo escritor para fazer soar no imaginário do leitor que esta identidade, sobretudo em um momento de independência do próprio Brasil, ainda é uma afirmação subserviente ao legado português. Fazendo-se, portanto, uma afirmação do “eu” em relação a um “outro”, a identidade aqui não estaria bem formada, ao mesmo tempo que o escritor se vale desta e de outras passagens para fazer menção a como o caráter ambíguo desta identidade está, por exemplo, na petição do mulato Amleto Ferreira, herdeiro da fortuna do Barão Perilo Ambrósio, para tornar-se um inglês de berço (RIBEIRO, 2014).

 À luz de uma reflexão sobre o atraso e o subdesenvolvimento, é que Candido (2011b, p. 178) aponta que parte dessa tomada de consciência também se faz através da percepção de “dependência cultural”. Mesmo que este seja um processo inegável de formação da nação, isto é, a nossa situação de povos colonizados, um esforço de pensar a literatura enquanto instrumento para pensar a nação também deriva de observar como nos colocamos em um ponto de vista global. Em outras palavras, como reagimos a uma condição de periferia? Para o romancista, haveria o duplo desafio de arvorar-se de recursos e técnicas literárias advindas de uma influência europeia para, tomada a consciência de subordinação e subdesenvolvimento, tanto da técnica quanto da nação para a qual este se reporta, traduzir a consciência do subdesenvolvimento em reação transnacional sem se reduzir a nativismos ou regionalismos que reforçam uma visão de exotismo a qual à sensibilidade europeia interessa (CANDIDO, 2011b, p. 189). É emblemático, por exemplo, o modo como João Ubaldo Ribeiro se utiliza da figura do Barão Perilo Ambrósio para tecer irônicas críticas ao papel do colonizador no Brasil de outrora:

Mas onde está a autoridade do governo, onde está o discernimento do bem geral, que não se pode nem falar em meter essa gentalha ociosa a trabalhar forçada nas obras públicas e em tantas outras onde teria serventia, sem que se levantem esses que julgam poder fazer prosperar um Império com luvas de pelica e obras de caridade? Hoje o que se vê é que paga mais a pena ser vadio e sem ocupação que indivíduo prestante, e ainda lá dizem mal, sem nada conhecerem do que se passa, dos homens como eu, que no ostracismo carregam a Nação às costas! Que fariam sem produção? Viveriam de almoçar discursos e beber lágrimas que derramam pelos desocupados e inúteis? [...] Sou sincero com Vossa Reverendíssima quando digo que, como brasileiro, patriota e temente a Deus, não posso deixar de abrigar esperanças, embora não as justifique senão pela fé. De resto, monsenhor, temo, temo, temo pelo futuro do Brasil (RIBEIRO, 2014, p. 107).

 Como um despertar desta consciência do subdesenvolvimento, observa-se a ironia com que o escritor destila, a partir de uma visão identitária do colonizador para com o colonizado, a subserviência que, no caso apresentado, retrata os negros que trabalham para o Barão Perilo Ambrósio. Parte da formação desta identidade brasileira, para além dos critérios que distinguem o “eu” do “outro”, da parte do escritor também se subleva a sensibilidade da manifestação da consciência do subalterno. Sobre esta passagem e a proposta de um romance de viés histórico e que retrate um processo de independência que, ao mesmo tempo, é um processo de subordinação: “as áreas de subdesenvolvimento e os problemas do subdesenvolvimento (ou atraso) invadem o campo da consciência e da sensibilidade do escritor, propondo sugestões, erigindo-se em assunto que é impossível evitar, tornando-se estímulos positivos ou negativos da criação” (CANDIDO, 2011b, p. 190).

 Esta consciência do subdesenvolvimento se revela de forma mais característica e direta na fala do Negro Leléu, da matriarca Dadinha, do índio Capiroba, uma vez que estes sofreram um violento processo de subordinação e violência através da imposição colonial. De certa forma, em relação ao passado do Brasil, o que João Ubaldo Ribeiro faz é uma inversão da versão dos primeiros cronistas e romancistas do império: invertendo os “valores sancionados da civilização metropolitana” (CANDIDO, 2011a, p. 200), o escritor fala pelos excluídos e, ao retratar o colonizador, ironiza as posições ocupadas por eles. Em outras palavras, a identidade que se quer construir seria uma inversão da “função ideológica de uma literatura diretamente ligada aos mecanismos de dominação” (CANDIDO, 2011a, p. 201).

 Por fim, complementa a visão do colonizador e do colonizado pintada por João Ubaldo Ribeiro uma intenção de “correção do passado”, mas com o viés de uma ironia fina sobre as suposições de uma colonização harmônica e fidedigna a um determinado passado narrado por autores românticos. Uma vez que, segundo Candido (2011a), a literatura colonial foi parte desse processo de construção nacional, e da identidade nacional, a colonização não pelo que poderia ter sido, mas pelo que de fato foi é uma das chaves que pode ser identificada em *Viva o povo brasileiro* como uma forma de refletir o processo de construção do Brasil. Se, na esfera da construção de uma consciência nacional, cabe ao escritor e à literatura observar imposições e adaptações de padrões culturais, a sua inversão ou tensão para a construção de novos passados é uma experiência de narração da própria nação, e uma maneira de conferir à literatura do período colonial novos significados. Em *Viva o povo brasileiro*, a construção desta identidade parece ocorrer através de uma ideia de simultaneidade violenta em relação a um passado que, embora já fosse nacional, não foi propriamente narrado de outros modos.

**Considerações Finais**

 A experiência de escrita deste trabalho foi, em parte, reflexo de inquietações sobre a noção de nação que geralmente é construída por romances de viés histórico, a exemplo de *Viva o povo brasileiro*. Para além do valor literário e do modo como são construídos, vale observar que tanto o conteúdo quanto a forma destes romances são relevantes. *Viva o povo brasileiro* não é um livro fácil de ser lido e, por estes critérios, afirmamos que a maneira como o livro foi construído pode ser um modo de questões nacionais surgirem de um conteúdo intrínseco à construção dos personagens, situações, ambientes e à própria narrativa. Concordando com Antonio Candido (1970), problematizamos ao colocar que a forma, a técnica narrativa e os recursos linguísticos também são importantes, inclusive como definição do nacional.

 Se a ideia de simultaneidade trabalhada até então visa a construir enredos nos quais vínculos imaginários podem ser observados nestes textos, a forma como esta ideia de simultaneidade é construída, bem como por que meios estes vínculos imaginários são feitos, subentende a utilização de uma ferramenta que marca um território dentro do modo de construir uma narrativa e, também, receber influências externas. Em outras palavras, os modos de narrar a nação também seriam interessantes a partir do instrumental no qual é feito e, dentro dos recursos, saber o que se esconde por trás de uma mera escolha por um recurso linguístico ou outro. As ironias, neste sentido, vão além do conteúdo.

 Por fim, cabe observar, como Candido (2011a), até que ponto uma literatura de “dois gumes” se constrói de forma transnacional. Em outras palavras, a tessitura que liga a imaginação nacional e a criatividade reflexiva pode conter mais indícios de separação ou junção de horizontes do que se percebe em uma leitura rápida de *Viva o povo brasileiro*. Em se tratando de narrativas que se propõem a pensar uma determinada história da nação, caberia ao investigador interessado neste processo criativo observar como, e a partir de que meios, o escritor se utilizou de uma pesquisa acurada sobre a história do Brasil, entre leitores e intérpretes para costurar o seu texto. Nesta seara, uma leitura hermenêutica do próprio processo criativo na literatura levaria o investigador a olhar para os métodos de composição de uma narrativa ficcional do mesmo modo como olha para os métodos de formulação de um problema histórico, social e antropológico. E, na iminência de compreender este processo, propor um trabalho etnográfico compartilhado, dando “voz” à escolha de um informante habilitado, mesmo que a partir de um livro.

**Referências**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_\_. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias*). Revista do Instituto de estudos brasileiros*, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.

\_\_\_\_\_\_. “Literatura de dois gumes”. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011a, p. 169-196.

\_\_\_\_\_\_. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011b, p. 197-217.

\_\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

COUTINHO, Wilson. *João Ubaldo Ribeiro***.** Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2005.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo*: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro***.** São Paulo: Hucitec, 2009.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, n. 3, Brasília, UnB, v.8, Set/Dez, p. 609-633, 2013.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. São Paulo: Alfaguara, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. *In*: BAlAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 271-282.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa***.** São Paulo: Papirus, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O Local da Diferença*: Ensaios sobre Memória, Arte, Literatura e Tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014.

*Artigo recebido em 31 de março de 2021. Aprovado em 28 de dezembro de 2021.*

1. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor no Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: j.matias@msn.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT-PB). E-mail: brunogaudencio@alumni.usp.br [↑](#footnote-ref-2)